

Preparar a resistência contra os ataques do governo

Todos às assembleias nesta semana!

Esta semana foi de intensa mobilização dos servidores em Brasília. Além do lançamento da campanha salarial, que reuniu mais de 5 mil servidores na capital federal, houve também uma forte campanha contra a aprovação do salário mínimo de R\$ 545,00, que acabou aprovado na Câmara, após grande pressão do governo. Esse reajuste irrisório para o salário mínimo não deixa dúvidas de que lado está Dilma.

Isso leva a um desafio ainda maior da categoria na luta pela aprovação do PL 6613/09 e contra o congelamento salarial, cuja aprovação do PLP 549/09 já está sendo articulada pelo governo, o que deixaria os servidores sem aumento por 10 anos.

É preciso preparar a resistência. O Sintrajud irá realizar assembleias a partir do dia 23/02 para passar as informações sobre as mobilizações em Brasília, a tramitação do PL 6613 e preparar a retomada da luta para que sejam garantidas as reivindicações da categoria.

Para a diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo, a manifestação em Brasília, com mais de 5 mil servidores, demonstrou que os trabalhadores sabem que precisam de unidade e luta para resistir aos ataques do governo que quer congelar salário e retirar direitos. “A categoria foi à greve no ano passado. Fez um movimento histórico. Foi isso que garantiu o envio do projeto ao Congresso. Foi uma batalha dura, pois tivemos que enfrentar o governo, a imprensa e a omissão do STF. Agora, mais uma vez precisamos unir nossas forças e retomar a mobilização para aprovar o nosso PCS”, ressaltou Ana Luiza.

**TRT/
B.Funda**

Dia 23, às 13h,
no auditório da
Ematra

TRF/JF

Dia 24, às
13h, no
Auditório
Pedro Lessa

TRE

Dia 25, às 13h,
no Saguão
da Francisca
Miquelina

Dia 26/02

- Conselho de Base do Sintrajud, na sede do Sindicato, às 10h

- Assembleia Geral, às 17h

Dia 19/03

- Reunião ampliada da Fenajufe

Dia 23/03

- Dia Nacional de Luta pelo PCS

Sintrajud participa de manifestação em Brasília que reuniu mais de 5 mil servidores



A primeira manifestação dos servidores públicos federais em 2011 foi marcada por protestos contra as medidas anunciadas pelo governo, que promovem cortes no Orçamento e congelam os salários do funcionalismo público. O ato, realizado na manhã desta quarta-feira [16], em Brasília, reuniu mais de 5 mil servidores vindos de vários estados do país.

O diretor do Sintrajud, Melqui, falou em nome da Fenajufe (federação nacional). Ressaltou, durante sua intervenção no ato público, a importância da presença das

várias categorias nessa primeira manifestação do ano contra a retirada de direitos. Ao saudar os manifestantes, ele considerou a necessidade das atividades de rua, lembrando os fatos ocorridos recentemente em alguns países árabes, em especial no Egito, onde, segundo ele, “o povo nas ruas tem conseguido mudar a história de seus países”.

Na avaliação do dirigente sindical, se o movimento dos servidores, que começou este ano com mais de 5 mil no ato de hoje, continuar crescendo o governo federal

não terá outra alternativa que não seja a negociação com as entidades sindicais.

O coordenador geral Saulo Arcangeli, em nome da CSP-Conlutas, também fez uma intervenção no ato, destacando a importância da luta unificada dos servidores. Para ele, entre as maiores preocupações é o PLP 549/09, que limita gastos com o serviço público nos próximos dez anos; a tentativa de regulamentação, por meio do PL 248, da demissão de servidores por insuficiência de desempenho; as ameaças ao direito de greve; possíveis ataques à legis-

lação trabalhista e à aposentadoria.

O Sintrajud participou da manifestação com uma delegação de 17 servidores entre diretores da Executiva, diretores de base e aposentados. A aposentada Maria Helena Leal, que fez parte da delegação, disse que o ato foi maior do que ela previa. “Como é início de ano achei que seria um fiasco, mas foi muito bom. Demonstrou que os trabalhadores estão dispostos a lutar e não vão aceitar nenhum corte de direitos e muito menos congelamento salarial”, disse.

6º Congresso

6º Congresso
Sintrajud realizou debate sobre reforma do Estado e do Judiciário
Página 03

Péssimas condições

Péssimas condições
Prédio do TRT-2 é interditado; situação foi denunciada há um ano pelo Sintrajud
Página 03

Endividamento

Endividamento do trabalhador cresce, enquanto bancos lucram cada vez mais
Página 04

EDITORIAL

Trocados e vergonha em Brasília

Exatos dois meses atrás, às vésperas do Natal, os deputados aprovaram, sem constrangimento, aumentos entre 62% e 135%, para si próprios, para seus colegas senadores e para ministros e a futura presidente da República.

Cada um dos 361 deputados que também sem constrangimento se submeteram ao toma lá dá cá do governo de Dilma Rousseff e fixaram o salário mínimo em R\$ 545,00, limitando-se a ratificar o já determinado reajuste de R\$ 35,00, recebem por mês a quantia de R\$ 26 mil. Os R\$ 10 mil de aumento que eles se autoconcederam ao apagar das luzes da legislatura passada é, em termos nominais, quase 300 vezes superior aos R\$ 35,00 agora concedido ao mínimo.

É lamentável constatar que deputados eleitos empunhando bandeiras dos trabalhadores tenham participado desta operação para derrubar o 'trocado' a mais no menor dos salários. Entre eles está o deputado Roberto Policarpo (PT-SP), que em sua primeira votação importante, de sua primeira legislatura, ficou do lado errado e ajudou o governo Dilma impôr o salário menor.

O parlamentar não participou da votação de dezembro passado que aumentou os salários do andar de cima da política profissional. Mas já encontrou o contracheque turbinado pelos 62% ou R\$ 10 mil a mais aprovados por seus pares.

Construir as mobilizações para derrotar os projetos de um governo e Congresso que veta o PCS e aprova um reajuste para o mínimo 300 vezes menor do que o aumento que se autoconcederam

Participar da decisão que negou os R\$ 15,00 e impôs um reajuste 300 vezes menor para a massa de 46 milhões de brasileiros que ganham o mínimo é cair numa contradição que explica muita coisa em termos sociais no Brasil.

País em que se enche a boca para falar do impacto de cada real a mais no salário mínimo nas contas do Estado e se fecha os olhos para os mais de R\$ 1 bilhão que vazam dos cofres público por dia para pagar juros e encargos aos credores das dívidas públicas.

Os trabalhadores fomos derrotados pelos velhos métodos de sempre, tão usados por FHC e Lula: cargos, liberação de emendas de parlamentares e outros atrativos movidos à dinheiro público. A decisão sobre o mínimo não está isolada: reforça a política do governo de negar reajustes e achatar salários em todos os setores de trabalhadores, inclusive no Judiciário e MPU, que tiveram o PCS negado em 2010.

Mas a manifestação dos servidores e de outros setores em Brasília, a primeira diante da nova presidente, mostrou que haverá resistência, haverá luta. E temos que construí-las dia após dia daqui para frente.

Imagem da semana



Estudante é espancado pela PM em frente à prefeitura em manifestação contra o aumento das passagens; ele está internado e passará por cirurgia

IDEIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião
Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Com quantas cruces se faz um país exemplar?

Luiz Carlos*

Colegas, chegamos ao ano de 2011 sem que nosso PL 6613, PCS-IV, tenha avançado bulhufas no Congresso Nacional.

Elaborado por representantes dos Tribunais Superiores e das representatividades sindicais durante quase dois anos, foi enviado ao Congresso só em dezembro de 2009.

No decorrer de um 2010 em que parte da categoria se mobilizou e chegou mesmo a se utilizar de uma greve, tivemos ainda uma atuação pífia do nosso representante mor, o Presidente do STF, Min. Cezar Peluso, retardando muito sua disposição de encontrar o Presidente da República com quem deveria tratar do assunto.

Cá estamos em 2011 e não me surpreendo com a medida desta semana tomada pela Presidenta Dilma Rousseff, anunciando um contingenciamento orçamentário da ordem de 50 bilhões de reais, o maior de nossa História.

Os sinais já estavam no ar desde os reveladores agouros da economia mundial, quando países europeus sofreram cortes de gastos orçamentários que acabaram por produzir demissões de funcionários públicos e reduções salariais.

Pergunto:

- Está chegando a Nossa Vez*?

Parece que sim, pois temos agora anunciado oficialmente na mídia (para deleite dela), que até os concursos públicos foram suspensos e que novas contratações de servidores devem aguardar novas ordens.

Quem paga a conta é sempre quem pode menos. Além do PCS-IV, também lamentaria muito a aprovação daquele outro PL que pretende congelar nossos salários por 10 anos.

Às vezes me surpreendo pensando se não seria uma boa lição para nós...

Sarcasmo?!?! Não!

Em minha já meio-centenária existência, percebi que se aprende muito mais nas derrotas e adversidades do que nas vitórias e comodismos.

Dez anos de congelamento salarial produzirão uma categoria muito mais politizada, embora empobrecida, e aí, disposta a lutar pelo que perdeu(?).

Temos muito ainda a aprender: sobre o valor do trabalho; da luta de classes; do exercício dos direitos e garantias constitucionais; das forças que se entrecruzam num parlamento assediado por interesses de grupos poderosos...

Ausências e omissões, nossas, os esclarecidos, nos definem ainda como politicamente imaturos numa sociedade mal arrumada. Paralisia e omissão é com que contam nossos algozes.

P.S. Com sua licença, em minhas recentes férias estive pela primeira vez na França – país que considero o melhor do mundo para se viver – e percorri lugares que sempre quis conhecer.

Dispensei palácios, castelos, templos, museus e fui percorrer seu interior, a Picardia, a Normandia...

Desejava encontrar o que sempre acreditei existir por lá e que as empresas de turismo jamais divulgam...

Descobri, nos campos enlameados (chovia muito) da França, com quantas cruces se faz um país exemplar (no meu ponto de vista).

**Luiz Carlos de Moraes e Silva
é servidor do TRF**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br; contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Deputados dão as costas para o trabalhador e aumentam o salário-mínimo em R\$ 35

Deputados federais que às vésperas do Natal passado aprovaram um aumento de R\$ 10 mil para eles próprios votaram com o governo, na quarta-feira (16), para limitar o reajuste do salário mínimo a R\$ 35,00, valor quase 300 vezes menor em termos nominais. Eles derrotaram duas propostas que estabeleciam reajustes um pouco maiores para os menores salários do país - aumentos de R\$ 50,00 e R\$ 90,00.

As emendas rejeitadas fixavam os salários em R\$ 560,00, defendido pela maioria das centrais sindicais, ou R\$ 600,00. A CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) propunha que o índice do aumento de deputados e senadores aprovado em dezembro, de 60%, fosse também adotado para o salário mínimo. Pelo texto enviado pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso, o salário ficará em R\$ 545,00 – ela foi vitoriosa na Câmara por 361 votos a 120 (placar da votação

em que a emenda de R\$ 560,00 foi rejeitada).

Ex-presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e relator do projeto, o deputado Vicentinho (PT-SP) foi vaiado por sindicalistas e aposentados que se encontravam nas galerias da Câmara ao ler o seu parecer, favorável à proposta do governo. A matéria vai agora para o Senado Federal, onde está prevista para ser apreciada na quarta-feira (23).

A contradição de votar R\$ 35,00 para quem recebe salário mínimo enquanto reajusta o próprio vencimento em R\$ 10 mil foi exposta na manifestação unificada dos servidores públicos, realizada no gramado do Congresso na manhã do mesmo dia.

Durante o protesto os servidores também contestaram o projeto que, na prática, prevê o congelamento dos salários nos serviços públicos pelos próximos dez anos, o PLP 549/2009.

6º Congresso

Sintrajud faz palestra sobre a Reforma do Estado e do Judiciário

Palestrante diz que apesar das dificuldades, servidores precisam se organizar para enfrentar o congelamento salarial

O auditório do Fórum Pedro Lessa foi palco da primeira palestra sobre a Reforma do Estado e as suas consequências para os trabalhadores, tema do 6º Congresso do Sintrajud, que acontece do dia 31 de março à 3 de abril, em Itapecerica da Serra.

O palestrante foi Sebastião Carlos membro da CSP-Conlutas e do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos (Ilaese).

Fazendo um histórico sobre o papel do Estado na sociedade capitalista, Cacau explicou que o Estado não é neutro em uma sociedade tão desigual como essa em que vivemos. E que o fortalecimento do Estado, ou o seu enfraquecimento, tem relação direta com os interesses financeiros de uma determinada época da nossa sociedade.

Exemplificando, ele disse que essa tentativa de desmonte do Estado brasileiro, que estamos vivendo atualmente, começou a ser gestada por organismos internacionais (Banco Mundial, FMI) ainda

na década de 1970. No Brasil, ela começou a ser implementada por Fernando Collor, com a abertura econômica.

“Coube ao governo do FHC fazer as privatizações e uma série de reformas como a da previdência, a trabalhista e a administrativa, que trouxe sérias consequências para o funcionalismo público”, disse.

Cacau lembrou ainda da reforma da previdência feita no primeiro mandato do governo Lula, demonstrando que a diminuição do papel do Estado tem sido aplicada por todos os governantes, independente do partido ao qual ele pertença.

Respondendo ao questionamento de um servidor, Cacau disse que é possível resistir a esses ataques, assim como os trabalhadores europeus têm feito. “Eu sei que é difícil, mas precisamos usar de todos os meios para esclarecer a categoria sobre os riscos que estamos correndo, ainda mais com os projetos de congelamento salarial, como o PLP 549/09”, disse.

O palestrante ainda explicou a contra-

Assista ao debate sobre as consequências da reforma do Estado na vida dos servidores



dição no discurso do governo federal, quando o então presidente Lula afirmou que a crise era uma ‘marolinha’, mas que agora anuncia o corte de 50 bilhões no orçamento e um reajuste de R\$ 30 no salário mínimo.

O próximo debate será no dia 16/03 na Barra Funda, com horário a confirmar. A diretora do Sintrajud Angélica

Olivieri lembra que este tema será abordado na Reunião do Conselho de Base, que acontece no sábado, dia 26, na sede do Sintrajud, a partir das 10 horas. “Na Reunião iremos fazer uma análise de conjuntura para começarmos a entender o que representa o governo Dilma para os trabalhadores, principalmente para nós, servidores públicos”, afirmou.

TRT-2 suspende atividades em prédio com problemas de estrutura. Sintrajud já havia alertado o problema

Laudo afirma que são necessárias reformas estruturais na unidade Antônia de Queiroz, atividades foram suspensas até 25/02

Todas as atividades desenvolvidas na unidade do TRT-2 localizado na Rua Antônia de Queiroz, 333, foram suspensas até o dia 25 de fevereiro. A decisão do presidente do Tribunal, desembargador Nelson Nazar, foi motivada por laudo de uma empresa de engenharia, contratada pelo tribunal, que “aponta a necessidade de reformas”.

Publicada no Diário Oficial do dia 16/02, a portaria 05/2011 não diz que o prédio está interditado, e segundo nota publicada no site do TRT-2 trata-se de uma “desocupação para que o local seja devolvido ao proprietário, para que as reformas necessárias sejam efetuadas”. As condições de estrutura do prédio já haviam sido denunciadas pelo Sintrajud em abril de 2010, na edição 377 do JJ. Havia pouco mais de um mês que os servidores tinham se mudado para lá e a descrição feita dava uma ideia do quão precário se apresentava o prédio naquele momento. “A orientação da engenharia é que os processos fiquem embaixo das vigas ou próximo às extremidades do prédio. Deve-se evitar trabalhar com pilhas de processos em cima das mesas

“como se isso fosse possível”.

Mais adiante, o texto descreve que é possível ver a ondulação nas vigas e no piso, de modo que os carrinhos com processos não ficavam parados. “No 10º andar, a depressão do piso é maior ainda do que em outros andares. Nesta, se alguém jogasse água, certamente formaria uma poça no centro”. Com o impedimento de se colocar processos no meio do prédio, até os banheiros estavam sendo utilizados como estoque.

Estrutura comprometida

No prédio, funcionava a Unidade administrativa do TRT-2 e outros setores. Em 2000, entretanto, um laudo apontava a sobrecarga de peso no edifício, o que comprometia a sua estrutura.

Apesar de o laudo orientar a redução do peso do prédio, foram transferidos para lá os setores de Documentação e a Biblioteca. A intervenção do sindicato, em 2004, evitou a ida do setor de Registro e Atuação e mais tarde ajudou a desativação do prédio. Por anos ele ficou vago e quem passava em frente podia ver uma placa de aluga-se.

“A decisão demonstra que as preocu-



O prédio não tinha local adequado para colocar os processos



pações do Sintrajud estavam corretas. Esperamos que as atividades naquele prédio só sejam retomadas após as reformas, que sabemos, serão demoradas, uma vez que os problemas do edifício são estruturais. Reivindicamos que sejam garantidas boas condições

de trabalho aos servidores e aos usuários da Justiça”, disse Leica Silva, servidora da JT Barra Funda e diretora do Sintrajud. Ela lembra que o sindicato está buscando mais informações sobre o tema junto à administração do tribunal.

Jesus Carlos

“O povo egípcio não se deixou abalar e derrubou um ditador”

Uma semana após a queda do ditador egípcio Hosni Mubarak, o historiador e correspondente do *Jornal Opinião Socialista*, Luiz Gustavo, LG como é conhecido, no Cairo, voltou ao Brasil e contou, emocionado, como foi a experiência de participar de uma revolução social, que culminou com o fim de uma ditadura de 30 anos. Na quinta-feira, dia 17, num auditório da Apeoesp (Sindicato dos professores) lotado, LG falou à uma platéia atenta sobre suas duas semanas na capital do Egito.

Chegada ao Cairo

Cheguei dia 2 de fevereiro. No auge da repressão. Aquilo ali tava um caos. No dia seguinte, começou uma campanha de difamação contra os manifestantes.

E a polícia lá é muito grande e sanguinária. E tinham muitos mercenários também. Mesmo assim ninguém se intimidou e o povo continuou firme. Era uma organização incrível. Tinha o pessoal da segurança, da limpeza e os responsáveis pela distribuição de cobertores. A participação das

mulheres também foi fundamental.

Véspera da renúncia

Na quinta-feira, dia 10, todos acreditavam que Mubarak iria renunciar. Mais uma vez, uma multidão invadiu a praça Tahir. A noite tinha um clima pesado. Havia sofrimento. Era um ar de perplexidade, todas aquelas rodinhas de pessoas tentando ouvir o sistema de som dos palcos ou rádios e celulares, para receber tantas palavras duras do ditador. A imagem dos mártires vinha à cabeça.

Muitas pessoas continuaram na praça, e foi bastante inteligente da parte dos organizadores logo lançar outras tarefas. Ir ao palácio, ir aos ministérios, ir à TV estatal. No meio da tarde, fui visitar a ocupação em torno do prédio da TV estatal. Ao chegar, caí em mim: errava, e muito, ao me deixar abalar. O povo egípcio não se deixou abalar. Lá estavam eles, gritando palavras de ordem na frente do símbolo das mentiras do regime. Um grupo subiu no tanque, abraçou um soldado, e a multidão exultava.



Multidão nas ruas derrubou o ditador

A Queda

Quando entrei de novo na praça ocupada, havia um resto de silêncio, e de repente um novo estouro, um chiado potente. A mensagem do povo egípcio, que eu entendera apenas naquela tarde, chegou concomitantemente ao palácio.

Minha reação foi rir. Gargalhar. Rir da ordem, da velha estrutura, da elite que se arvorou com as tristes derrotas vividas

pelos árabes desde 1967, Rir da sisudez de Mubarak e de todos os traços típicos dos ditadores que imagino serem os próximos.

As pessoas pulavam, cantavam, abraçavam-se, celebravam como é instintivo do ser humano. Outras prostravam-se e agradeciam a Deus. Era a primeira vez que eu via uma tal sintonia, e eu continuava rindo, eufórico.

Por que os servidores estão tão endividados?

JJ conversou com vários colegas para tentar entender os porquês da categoria estar vivendo essa situação

Empréstimos consignados, cartões de crédito, cheque especial. Se você não estiver enrolado com algum deles, senão com todos e mais alguns, olhe ao seu redor... Com certeza algum colega está. Embora não existam dados estatísticos sobre o nível de endividamento dos servidores, é perceptível que a categoria está vivendo uma situação quase dramática.

“Somadas todas as contas, entre os empréstimos e as despesas normais, cerca de 90% do meu salário está comprometido. Então, não há espaço no meu orçamento para o lazer e para a diversão”, contou um servidor do TRE que optamos por não identificar.

Existem pelo menos três fatores que ajudam a explicar esse endividamento. O congelamento salarial combinado com o aumento de uma série de tarifas, um acesso extremamente facilitado ao crédito e o fato de vivermos numa sociedade altamente consumista.

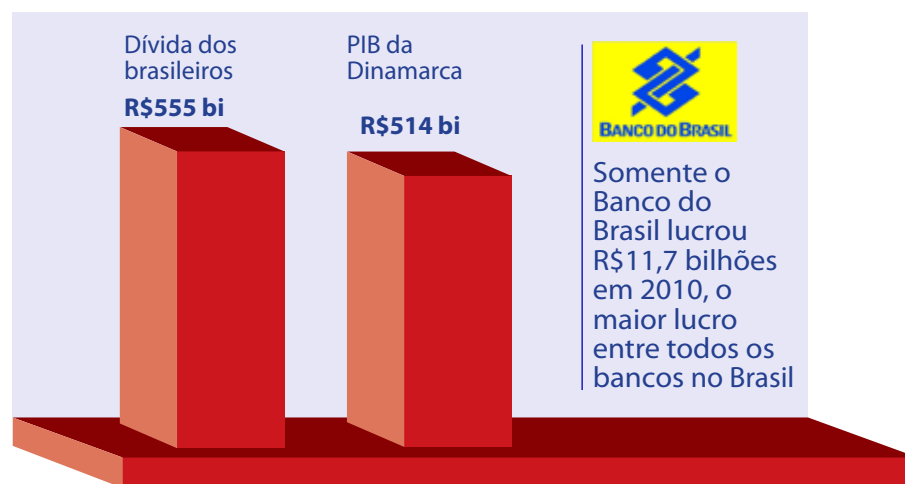
Na opinião desse servidor, esses três fatores acabam por cercear todas as opções dos servidores. “O governo congela os nossos

salários ao passo que incentiva o consumo e facilita o acesso aos empréstimos. É o governo que coloca inúmeras facilidades para você se endividar”, argumentou.

Com mais de 2 mil só no consignado, outro servidor, também do Eleitoral, disse se sentir responsável por seu ‘descontrole’ financeiro. Porém, quando questionado sobre a facilidade de acesso aos empréstimos e cartões de crédito de toda ordem ele disse: “Tem um monte de banco oferecendo a antecipação do 13º, empréstimos com prazo de 96 meses para pagar. Isso é algo terrível. Depois ainda colocam a ‘culpa’ no sujeito que não soube se controlar”.

Um servidor da Justiça Federal na Baixada Santista contou que as suas finanças se descontrolaram quando ele perdeu uma Função Comissionada: “Naquele momento vivi o impasse de não conseguir compatibilizar a minha renda com as minhas despesas”, disse.

Ele explica que o padrão de vida onde se encontram os servidores está chegando ao seu limite, de modo que para mantê-lo é preciso recorrer a empréstimos e fazer rolar



esse déficit: “Assim, para manter o status, acabamos aceitando pagar juros exorbitantes”.

Esse servidor tem um carro 2003 e diz que está satisfeito com o veículo. Certa vez, ao ligar no banco para resolver um problema passou pela tentação assumir um outro financiamento, tamanha foi a insistência da funcionária da instituição. Pode ser um relato corriqueiro, mas muitos servidores passam por isso todos os dias. “Essa prática dos bancos nos leva ao ponto de endividamento de não haver margens para que possamos viver”, disse.

A aprovação do PCS poderá aliviar essa situação, e todo servidor deve ter em mente a importância da luta por melhores salários. Esse grau de endividamento, por outro lado, demonstra que vivemos numa sociedade que precisa de profundas mudanças. Mudanças que impeçam que os lucros de algumas instituições financeiras não signifiquem o endividamento e a angústia de milhares de trabalhadores.